

Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira -1964/1985

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS MAGALHÃES*!

A região Amazônica, com seu aspecto peculiar, bastante diferenciada das demais regiões brasileiras, necessitou que o Governo federal traçasse políticas específicas para seu desenvolvimento. Neste ensaio, analisaremos a evolução destas políticas, dando ênfase ao período do regime militar (1964-1985) fazendo uma revisão nos diversos planos do país, a partir da ocupação regional e a sua valorização, fatores que criaram condições para que o capital privado atuasse neste espaço, promovendo a ocupação econômica, humana e o desenvolvimento regional.

Em 1912, já são evidentes as medidas inclinadas ao planejamento regional com o objetivo de estimular a colonização da região amazônica e promover a defesa da economia da borracha (Freitas, 1991:41). Entre estas medidas assinalamos:

- a) Criação da Superintendência de Defesa da Borracha (SDB), precursora da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, que antecede a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, hoje extinta;
- b) Projeto de construção de estradas ao longo dos rios Xingu, Tapajós, Negro, Branco e outros nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso;
- c) Projeto de Construção de uma estrada unindo Belém a Pirapora, em Minas Gerais;
- d) Projeto de execução de obras para permitir a navegabilidade efetiva, em qualquer estação do ano, por toda a região amazônica.

A finalidade deste último projeto foi permitir a transferência de nordestinos para a Amazônia que necessitava de mão de obra para a extração da borracha, com grande demanda no mercado externo.

No entanto, o passo mais importante para a implantação de uma política de desenvolvimento para a região amazônica se deu durante a Constituição de 1946 em que, por iniciativa dos parlamentares da região, foi aprovado e incluído na nova constituição o artigo nº 199 que determinava que a União, assim como os Estados e Territórios daquela região (e seus respectivos Municípios) deveriam aportar, ao menos durante vinte anos consecutivos, quantidade não menor que três por cento de sua renda tributária para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Foram necessários sete anos para que o mandamento Constitucional fosse disciplinado, o que ocorreu com Getúlio Vargas sancionando a Lei nº 1806 em 1953, a qual tinha como principais objetivos: promover o desenvolvimento da produção agrícola, extrativa e

*Professora Assistente IV do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima
Doutoranda em História na PTJC-RS

animal, atuar no campo da exploração mineral, melhorar e efetuar um plano de transportes e comunicação para a região, estabelecer uma política de energia utilizando os recursos naturais, promover uma política demográfica, desenvolver pesquisas necessárias para a ação de um planejamento e, consequentemente, a execução do plano, com organização administrativa, estabelecendo coordenação entre os organismos federais, estaduais e municipais. Esta lei definiu a área legal da Amazônia e criou a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) como autarquia encarregada da promoção do desenvolvimento regional (Cardoso, 1979:97).

Sistematicamente, o Estado passou a interferir de modo mais intenso e envolvente no que diz respeito às políticas regionais. As duas regiões eram tratadas em uma perspectiva de conjunto pelo Estado, a Amazônia e o nordeste brasileiro.

Fazendo uma análise do período de Vargas, para a grandiosidade dos objetivos a serem alcançados o esforço foi insuficiente, precário e disperso. A SPEVA teve uma visão da Amazônia como um todo, mas com metas de difícil realização, exceto a prazos muito longos e que requeriam um conhecimento da região maior do que se tinha na época, como por exemplo, recuperar e tornar economicamente aproveitáveis as terras inundáveis, explorar os recursos minerais da região (sobre os quais somente agora se tem melhores informações) e implantar uma estação de comunicação e transporte (Cardoso, 1979:13).

Foi na administração Kubitschek (1956-1961) que foi tomada a histórica decisão de transferir a capital federal para Brasília, na confluência das Bacias Amazônicas, São Francisco e Paraná. Decisão que influenciou a troca do centro político brasileiro para o interior do continente com todas as suas consequências. A partir dessa posição política de interiorização foi construída a estrada Belém-Brasília e Brasília-Acre, impulsionando a integração da região com o resto do país (Loureiro, 1982:69).

No período de interesse desta análise (1964-1985) - observa-se maior atuação do governo militar fundamentado na "Doutrina de Segurança Nacional". Tal período leve o objetivo de implantar um projeto de modernização nacional com base no desenvolvimento econômico da região amazônica, considerando seus amplos recursos naturais e a necessidade de ocupação da extensa área quase inabitada, além de considerar sua posição estratégica sob o ponto de vista geopolítico como fator de ordem externa.

As políticas e estratégias concebidas pela nova filosofia do Governo de Castelo Branco trouxeram uma redefinição dos objetivos principais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de Getúlio Vargas de 1953. O Banco de Crédito da Amazônia (BCA) foi transformado em Banco da Amazônia-BASA (agente financeiro da SUDAM), proporcionando-lhe a atribuição do desenvolvimento da Amazônia, pela Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966. Foi extinta a SPEVA e em sua substituição foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com o objetivo de planejar e controlar a ação federal da região, de acordo com a Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966. Segundo esta lei, a SUDAM atuaria disciplinando e ampliando os incentivos fiscais através dos mecanismos de isenção do imposto de renda para as novas indústrias e permitindo a dedução de uma parte do imposto de renda de pessoas físicas, desde que fossem investidos em empresas industriais, agrícolas, pecuárias e

de serviços básicos dentro da área da Amazônia Legal (Cardoso, 1979:112).

As novas diretrizes determinavam que a economia extrativista fosse substituída por uma mais rentável. Para isto, foi necessário incentivar o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura, especializar e qualificar a mão de obra com uma política de incentivos fiscais e créditos, com vistas a incentivar investimentos nacionais e estrangeiros na região. Para a iniciativa privada resguardaram-se as atividades rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias e minerais) enquanto a infra-estrutura, planejamento e pesquisas ficaram a cargo do governo.

As atividades na região foram fundamentadas em pesquisas e levantamentos sobre seu potencial econômico; também foi feita a seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento, o que estimulou a formação de grupos populacionais estáveis; também adotou-se uma política migratória para a região, com o aproveitamento de excedentes populacionais, visando a fixação de pessoas em zonas fronteiriças. Estes são, em linhas gerais, os principais objetivos do Plano de 1966.

Comparando os dois planos aludidos acima para a região Amazônica, podemos ver modificações importantes em suas diretrizes básicas. No segundo plano, os programas e projetos são referentes a setores específicos, com maior descentralização administrativa junto a grandes projetos de integração nacional. Fica claro neste plano de 1966, a evidente posição autorizada ao capital privado, nacional e estrangeiro. Observamos o Estado preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado, investindo em infra-estrutura, pesquisas e planejamentos (Cardoso, 1979:113).

Além disso, o segundo plano pretendeu uma maior nacionalidade na exploração dos recursos regionais, desestimulou a produção extrativa, preferindo, sempre que possível, atividades mais rentáveis; incentivou o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes básicas de alimento para a população e propôs a seleção de áreas mais propícias ao desenvolvimento regional, criando os "pólos de desenvolvimento". Outra diferença é no que se refere ao estabelecimento de uma política migratória para a região: o primeiro plano propõe a formação de núcleos estáveis enquanto o segundo ressalta a fixação da população nas zonas fronteiriças.

Podemos afirmar que a SUDAM e o BAS A constituíram organismos de vanguarda na região e têm suas propostas baseadas em leis, planos e programas específicos que atuam incentivando os projetos industriais, pecuários e agrícolas. Dentro desse contexto de políticas públicas, não podemos deixar de mencionar o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), criados especificamente para atuar na luta pelo desenvolvimento da região. O INCRA tem como objetivos principais a realização da reforma agrária e a promoção da colonização no campo, através do cooperativismo rural.

A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), criada em 1967, é o organismo responsável em administrar a Zona Franca de Manaus. O objetivo principal é integrar a Amazônia Ocidental ao resto do país, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário. Para isto estabeleceram condições fiscais especiais (isenção de IPI e de ICM), buscando facilitar o comércio tanto para o exterior como para o sul do país. Ao redor do grande modelo regional da SUFRAMA situam-se três

modelos setoriais: primeiro, o modelo industrial; segundo, o modelo de agricultura de "várzeas" (terras inundáveis) e, por último, o modelo de agricultura de terra firme, que chamaremos de "distrito agropecuário"(Fárias,1981:39).

1 - Os Planos e a Política de Integração Nacional

O governo de Mediei (1970-1974) é considerado o mais autoritário do período militar. Dentre todos os presidentes foi o que mais se preocupou com a Amazônia e os problemas sociais do Nordeste. Em 1970, o Nordeste sofreu uma grande seca e decidiu-se que essa região e a Amazônia deveriam ser tratadas como um só problema, a saber: o despovoamento do vale amazônico e o excesso de população do nordeste brasileiro. Mediei chamava a isto "a solução de problemas: homens sem terra do Nordeste e terras sem homens na Amazônia"(Skidmore, 1992:288-290).

O referido presidente tinha também como objetivo preservar o território amazônico já que os militares tinham receio que o país perdesse a região por falta de colonização. Gerações de cadetes do Exército Brasileiro foram conscientizados sobre a importância geopolítica da referida região.

O Estado autoritário, a par de sua política interna de repressão no começo da década de 70, baseava-se no princípio de que a estratégia de desenvolvimento regional consistiria fundamentalmente na política de integração nacional. Os planos de desenvolvimento começaram a aumentar a participação das empresas estrangeiras no esforço nacional de conquista e a associação com empresas de países desenvolvidos. Tais objetivos eram concretizados por uma política externa com base no endividamento crescente do país no mercado financeiro internacional, com interesse de investir aqui, o que os militares viam como "cooperação". Além disso, chamamos a atenção para o monopólio internacional, que primeiro oferece crédito para promover o desenvolvimento, depois cobra altos juros, que devem ser pagos com a exportação dos recursos naturais. O Brasil teve no café seu principal produto de exportação e no final da década de 60 assiste à exportação de minérios (ferro, manganês). Com estes recursos minerais pagávamos, logicamente, os dólares emprestados (Oliveira, 1987:90).

De acordo com Freitas, o lema " integrar para desenvolver" já fazia parte dos planos de desenvolvimento do governo, que através do PIN (Programa de Integração Nacional) e PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras), promoveu a política de integração nacional. Textualmente o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974) dizia:

"A estratégia para a Amazônia, que é a de integrar, para desenvolver, assentará em linhas mestras:

- Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira;
- Ocupação econômica e desenvolvimento".

Mais adiante, o IPND afirma que esta Integração Nacional:

"Se realizará com a construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém; com uma rede de aeroportos de função estratégica, com medidas para integrar bacias fluviais da região com as bacias do centro-sul, com a instalação dos sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; com a abertura da Amazônia pela radiodifusão e com nova infra-estrutura das Forças Armadas da região".

Já a ocupação da Amazônia foi realizada em "Bases de Ocupação". Essas referidas Bases de ocupação seriam consolidadas através da:

- Expansão do contingente populacional da região, de forma programada e em áreas prioritárias;
- Construção de infra-estrutura interna da região-rede, de estradas básicas, recondicionamento de portos, desenvolvimento da navegação fluvial e programas de energia;
- Criação de um suporte de educação, saúde e assistência que viabilizassem radicar as populações;
- Programa RADAM (Radar da Amazônia) de levantamento aerofotogramétrico.

Segundo o IPND, o desenvolvimento da Amazônia, deveria realizar-se com base particularmente nos incentivos fiscais e de isenção por conta da SUDAM e da SUFRAMA nas seguintes linhas:

Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração, analisando prioridades regionais para a concentração de aplicações;

- Definições de prioridades setoriais para a concentração de aplicações em setores dinâmicos, prioritários e para atividades de exportação; industrialização dos pólos de Belém e de Manaus, tirando proveito das isenções da Zona Franca de Manaus; exportação de madeiras, mineração e programa de pecuária em áreas selecionadas;
- Programas de colonização, principalmente para a região Transamazônica.

Em síntese, a linha mestra da política definida para a Amazônia pelo IPND era "**ocupar, desenvolver e integrar**".

Com o governo do General Geisel veio o II Plano Nacional de Desenvolvimento - IIPND (1975 a 1979) que, sem escapar do dogmatismo de Segurança Nacional, traçou diretrizes mais específicas para a Amazônia dentro do trinômio **Ocupação, Desenvolvimento e Integração**. Diferente do IPND que escolheu a seleção das áreas, o II PND as **definiu** claramente. Assim, as terras ocupadas seriam:

"Os pontos principais de penetração na Amazônia, ou seja, os vales, as estradas e as terras mais férteis, com prioridade para as zonas de Fronteiras".

Para essas áreas definidas, o II PND orientou as prioridades de investimentos para os programas setoriais: pecuária de corte, mineração, lavoura de **caráter** comercial, pesca empresarial e turismo. Definiu como prioritárias as atividades ligadas ao setor de exportação (II PND, Brasília/1974). Planejava-se também a chamada "Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e uso Racional dos Solos da Amazônia" - com objetivos de transformar a exploração da madeira numa atividade planejada e "

permanente, porém condicionando os projetos às exigências do reflorestamento (IIPND-1975-1979).

Ainda dentro das linhas principais do IIPND, foi criado em 1974 o Pólomazônia - Programa de Pólos Agropecuários, com a finalidade de aproveitar as potencialidades integradas agropecuárias, agro-industrial, florestais e minerais. Ademais o II PND previa ainda a implantação de um complexo Minerio-Metalúrgico na Amazônia Ocidental. Nesse contexto nasce o Polocentro-Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, sobretudo em Goiânia e Mato Grosso, para o desenvolvimento da plantação de soja nos cerrados.

Por fim, o II PND aprofunda a noção da Amazônia como fronteira de recursos e enfatiza que a região no futuro deverá melhorar a balança comercial do país e mais que nunca integrá-la ao resto do país.

Os principais objetivos do governo João Figueiredo, de acordo com Oliveira, foram expressados no III- Plano Nacional de Desenvolvimento (1980/1985). As linhas básicas deste plano, que interessavam à região Amazônica, estão contidas na parte que se refere às Políticas Regional e Urbana que podem ser definidas com relação:

- a) à questão migratória;
- b) à desconcentração industrial;
- c) à reformulação e à intensificação do desenvolvimento agrícola;
- d) à política energética;
- e) à política dos setores sociais e à descentralização administrativa para fortalecer os organismos regionais e urbanos e os governos estaduais e municipais.

Para Miranda, no âmbito do processo urbano-rural brasileiro, reconhecemos como Fundamentais:

1. O Desenvolvimento da agropecuária para atenuar o processo de hipertrofia urbana e, particularmente, metropolitana, com a redução do êxodo rural;
2. O melhor equilíbrio da disponibilidade de infra-estrutura econômica e Social entre as regiões;
3. A melhor adequação das cidades de pequeno e médio portes e da periferia ilns metrópoles.

A política de desenvolvimento urbano e regional do III PND foi esquematizada da seguinte maneira:

- Ênfase à integração nacional e ao melhor equilíbrio espacial do processo lii.i.ileiro de desenvolvimento;
- Redução das disparidades e de qualidade de vida entre as regiões do país e lii.ii.ileiro delas.

O esforço de desenvolvimento da região amazônica se apoiará na gradual ocupação e integração da área, respeitadas suas características e vocações, particularmente quanto à compatibilidade dos projetos e das atividades públicas e privadas, e à exploração não predatória dos recursos naturais e com o rigoroso respeito do equilíbrio ecológico e da população aborígine. Assim, propõe-se a progressiva ocupação e a consolidação da infra-estrutura econômica e social das áreas que apresentam

grande potencial económico, especialmente para gerar energia e atividades agrominerais, agropecuárias, agro-industriais e pesqueiras, considerando a necessidade de diversificar, ampliar e fortalecer a economia regional e absorver fluxos migratórios. Além do mais, o III Plano Nacional de Desenvolvimento protegeu a política de desenvolvimento urbano e regional, contra os desequilíbrios das rendas regionais e intraregionais, das atividades económicas e da qualidade de vida. Por outro lado, o processo de urbanização que acompanhou o desenvolvimento industrial das últimas décadas redefiniu e tornou complexo o quadro urbano nacional.

1.2. A Colonização na Amazônia Brasileira

Pode-se considerar que a prática da colonização no Brasil como uma forma planejada de proceder à ocupação de uma área e sua valorização, é um processo que vem sendo adotado, faz pelo menos dois séculos, respondendo a razões de natureza económico-social ou político-militar.

O marco inicial da ocupação dirigida foi na segunda metade do século XVIII, com a chegada dos açorianos para ocupar o litoral sul do país. A partir daí, diferentes movimentos se concretizaram. Convém mostrar que até 1930, o governo central, o provincial e os particulares promoviam no Brasil uma política que incentivava a entrada de migrantes estrangeiros para colonizar as terras desocupadas. A partir de 1930 houve uma troca nas diretrizes dessa política que se inclinou para as nacionais, limitando a entrada dos estrangeiros, em decorrência da crise interna dos empregos (Becker, 1990:64-65).

Durante o governo dos militares instaurou-se um novo momento da colonização oficial, atendendo não só aos objetivos da ocupação do território, mas também visando aspectos sócio-económicos. O novo período histórico da colonização brasileira pode ser dividido em três fases:

- atender trabalhadores nacionais;
- responder política e ideologicamente às lutas sociais;
- efetivar a ocupação controlada das novas terras, principalmente na Amazônia.

Foram criados na esfera federal vários organismos, a partir de 1930, como o NDA (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola) e IBRA (Instituto Brasileiro e Reforma Agrária). Mas é sob a administração do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), já mencionado anteriormente, que ficou a responsabilidade de promover, executar e controlar a colonização. Sob os auspícios do regime militar, a colonização vai ser precisada através do Decreto 59428, de 27/10/1996 que define:

"Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso a propriedade da terra e a promover o aproveitamento económico, mediante o exercício e atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais, através da divisão de lotes ou de

parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos".

O Estado tomou para si todas as responsabilidades de colonização dirigida, até o momento em que, desejando criar condições para a expansão do capital e a acumulação na fronteira, passou a apoiar a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo aos projetos privados e às cooperativas.

Passou o Estado a distribuir terras sob seu controle estimulando e orientando os movimentos espontâneos da população. A colonização foi uma estratégia que reteve o controle da terra dos Estados para o Governo Federal, sendo compreendida como capaz de aliviar ou solucionar as tensões demográficas em outras áreas do país, absorvendo produtores sem terras, ocupando inclusive fronteiras em locais estratégicos e ao mesmo tempo criando mão de obra local.

A região Amazônica passou por um intenso processo de ocupação nas últimas décadas e a colonização aparece como uma das formas mais significativas. Duas categorias de projetos representando aspectos diferentes de uma mesma política governamental expressam o acesso à terra via colonização: primeiro os oficiais, executados pelo governo e segundo, os de colonização, de iniciativa particular. No Brasil toda essa prática da colonização contém marcas dos acertos e desacertos econômicos e políticos que vêm acompanhados de discussões sobre seus fracassos e êxitos.

Os recentes projetos de colonização oficial iniciaram com o PIN (Programa de Integração Nacional - Decreto Lei nº 1.106 de 16/06/70). Neste programa, havia três decisões importantes: a primeira se referia à abertura de duas estradas na Amazônia - a Ii ansamazônica e a Cuibá-Santarém; a segunda medida foi a implantação em uma faixa de terra de 10 Km de cada lado das novas estradas, de um programa de "colonização e ivforma agraria"; e a terceira medida se referia à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais provenientes do desconto do imposto de renda para a nplicação do programa (Cardoso: 1979/124).

Como exemplo de colonização oficial na região, temos o caso de Altamira. Mesmo que não tenha sido a primeira colonização oficial nas terras da Amazônia Legal, o MC (Projeto de Integração e Colonização - Altamira) constituiu o principal projeto na viabilização dessa política governamental para a expansão da fronteira agrícola. Era semelhante aos demais projetos de colonização, com o objetivo de implantar um novo xisteina urbano-rural em áreas demográficas vazias, seguindo as diretrizes de urbaniza-cAo rural definidas pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Devido à extensão da Transamazônica, Altamira foi considerada o centro e, assim, estabeleceu-se niii sistemática de operacionalização que envolvia as organizações fundiárias e a promoção agrária, visando criar condições para a fixação dos trabalhadores rurais e suas liiiinlias, sob o ponto de vista econômico e social (Becker, 1990:36).

Obedecendo ao padrão estabelecido para a colonização por pequenos proprietá- iMk. na faixa de estrada, as terras que seriam ocupadas foram divididas em lotes (parcelus) de aproximadamente 100 ha. Esses lotes se destinavam aos colonos e, como regra geral, eram vendidos pelo INCRA com um prazo para pagamento de vinte anos.

Para permitir a interiorização do colono, da infra-estrutura e o escoamento da produção, o projeto previa a abertura de vicinais a cada 5 km na estrada principal (Miranda, 1990:38). Com relação à atividade agrícola, estava previsto o incremento dos cultivos comerciais que deveriam ser o cacau, a cana de açúcar e a pimenta negra, de acordo com as melhores áreas; Convém ressaltar que as zonas de "terra roxa" foram reservadas para a cana-de-açúcar e o cacau (Becker,1990:38).

Já em sua base urbana, o projeto adotou três tipos - agrovila, agrópolis, rurópolis - formando uma hierarquia urbanística segundo a infra-estrutura social e econômica, tendo cada uma sua função específica. A agrovila era a menor unidade urbana, destinada à moradia dos colonos que, concomitantemente, possuíam um lote rural. Oferecia serviços básicos de suporte para a comunidade como escola, posto de saúde, pequeno comércio, recreação e administração. Composto-se em média de 50 famílias, os lotes rurais situados ao redor das agrovilas, obedecem às dimensões de 100 hectares e a distância dos lotes à agrovila varia de 500m a 5 km. A agrópolis constituiu um pequeno centro urbano agro-industrial, cultural e administrativo de segunda grandeza destinado a dar apoio ao meio rural. Compõem-se ao redor 20 agrovilas (1.000 famílias). A rurópolis é o centro principal de integração micro regional de uma comunidade rural constituída de agrópolis e agrovilas, tendo funções diversificadas, que compreendem comércio, indústria, serviço social, cultural, religioso e administrativo, para que sirvam não só à comunidade local, mas, principalmente, a sua área de influência (Becker, 1990:39).

Com base nessas diretrizes e sob o controle administrativos do INCRA, a colonização desenvolveu-se. Observamos que, a partir de 1971, o PIN (Plano de Integração Nacional), começou a concretizar o processo de colonização oficial na área de Altamira. Podemos também distinguir duas etapas, com períodos bem demarcados. A primeira etapa corresponde ao período entre 1971 e 1974, quando o Estado, através do INCRA, criou as condições para a instalação dos primeiros colonos na área. Podemos chamá-la de etapa do assentamento oficial propriamente dito. Nessa época, paralelamente à implantação das estradas, foram abertas também as vicinais, feita a demarcação dos primeiros lotes e construídos os primeiros núcleos urbanos - agrovilas e agrópolis, já descritos. Durante todo esse período foram trazidas, mediante intensa propaganda nos meios de comunicação, famílias de várias regiões do Brasil, principalmente das áreas de tensões sociais do nordeste. Coube ao INCRA não somente promover a instalação, mas também a ajuda financeira em forma de salário e distribuição de sementes para a plantação inicial.

A segunda etapa, de 1974 em diante, caracteriza-se pela caída do ritmo em que vinham sendo desenvolvidos os trabalhos de demarcação de terras e de assentamentos de colonos, principalmente, pelo fato de que a vinda dos colonos para ocupar a faixa de colonização passa a ser espontânea. O INCRA naquele momento, já não se preocupava mais em promover a vinda das pessoas. Essa diretriz refletia trocas na política governamental que, em termos da colonização dirigida, passou a privilegiar a colonização particular limitando-se a considerar os projetos já iniciados e, por outro lado, revelava que a busca de terras havia passado a capacidade de um processo seletivo

dirigido. O fluxo espontâneo dirigiu-se para a ocupação de lotes demarcados ou por demarcar: uma faixa de colonização associada a um processo de substituição natural daqueles primeiros colonos desistentes. A partir de 1976, intensificou-se o fluxo espontâneo, caracterizou-se o processo de penetração como invasão e posse. O que verificou-se, nesta fase, foi o alargamento das vicinais e o extravasamento, pela ocupação da faixa de colonização do PIC - Altamira (Becker, 1990:40-41).

Caracterizando esta etapa, a ação do "grileiro" começou a assumir relativa expansão, principalmente nas áreas mais distantes das instalações do projeto em Altamira. Convém mostrar que os "grileiros" são agentes que, para obter extensões de terras, utilizam a falsificação de títulos de propriedade e de documentos de todo tipo.

As colonizações desenvolvidas no Estado de Mato Grosso, de caráter particular, não tinham somente como objetivo a atividade extrativa e a venda especulativa de terras, mas o desenvolvimento de projetos de ocupação, representando investimentos a longo prazo relacionados com o controle do mercado de terras e de produção agrícola. Nesta forma, as empresas colonizadoras buscaram não só as terras favoráveis, mas assumiram as responsabilidades, inclusive com as obras de infra-estrutura.

Considerando que os planos de colonização ainda que não configuraram uma efetiva ocupação produtiva das terras, propiciaram a ocupação da região e constituíram a forma responsável pelo desenvolvimento do processo de desenvolvimento local, contribuindo para que trocas e realidades novas sejam forjadas no espaço amazônico. Neste muito a colonização dirigida, a particular, ou a oficial não é um absoluto fracasso, como os colonizadores acreditavam, mas tampouco não representam o sucesso por muitos motivos apontados. É entre essas duas situações extremas que aparecem materializadas no espaço da fronteira as relações que se processam via colonização.

Não podemos deixar de abordar que ao lado da política de colonização na Amazônia o governo dispôs de uma política de estradas para a ocupação da imensa área. Retrocedendo, podemos afirmar que o primeiro projeto de impacto para penetração na selva amazônica foi a Belém-Brasília, já citada, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e é o marco do novo período de ocupação da Amazônia. Essa estrada contribuiu para ampliar o fluxo de migratório em direção à região.

Não obstante, foi a Transamazônica a via de penetração mais importante da política de estradas, projetada e executada como estrada transversal que cruzaria toda a [luta, considerada a maior obra posta em prática para penetrar por terra a selva amazônica], em um trajeto de mais de 6 mil km, fazendo a união do nordeste (saindo de Picos • Piauí e do Estado do Maranhão, onde se encontra com a Belém-Brasília), Pará, Amazonas, Acre e fronteira com o Peru.

Considerações Finais

Podemos concluir que a filosofia de desenvolvimento para a Amazônia, nesse período, necessitava de uma compreensão maior de sua realidade geográfica, política e econômica.

As políticas governamentais, abordadas nesse artigo, tentaram mudar o quadro sócio-econômico da região, região que era vista como um problema nacional, pela sua difícil ocupação e integração física e econômica ao resto do país. No entanto, as políticas públicas implementadas produziram alterações no padrão de ocupação humana, quando observamos a reestruturação do espaço associado à integração físico-territorial com as demais regiões brasileiras, bem como as mudanças sócio-econômicas. Enfatizamos, ainda, que, para alguns amazonólogos, a forma de colonização aplicada pelo INCRA, gerou uma série de conflitos pela terra, em função da forma desordenada com que foi conduzida.

A intensificação do fluxo migratório excede a capacidade de assentamento do órgão responsável, havendo uma disputa pelo território, em busca dos recursos naturais, ou seja, uma disputa pelo acesso a essa riqueza e à terra, conseqüentemente.

É mister salientar que existem projetos que fazem parte dessa estratégia de integração que, na verdade, abre a economia e o território aos grandes interesses dos grupos econômicos nacionais e internacionais.

Finalizando, podemos dizer que os paradigmas de desenvolvimento para a região amazônica são questões mais profícuas. A partir do momento que observamos a sua biodiversidade, urgimos por um modelo de desenvolvimento sustentável, a fim de promover a base do progresso regional e a preservação do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
- BECKER, Berma K. *Amazônia*. São Paulo: Ática. 1980. (Série Princípios).
- _____. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*.
Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 1990.
- BRASIL. *Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-70*. Brasília: Imprensa Nacional, 1968.
- _____. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
- _____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1974.
- _____. *III Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1979.
- CARDOSO, Fernando H. e G. MULLER. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FREITAS, Luiz Aimberê. *Políticas Públicas e Administrativas dos Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: Boa Vista, 1991.
- GOMES, Angela Castro (org). *O Brasil de J.K.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- LOUREIRO, Antônio. *Amazônia, 10.000 anos*. Manaus: Metro Cúbico, 1982.
- MATTOS, Carlos M. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- MIRANDA, Neto. *O Enigma da Amazônia: desafio ao futuro*. Belém: CEJUP, 1981.

(>LI VEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não Entregar*. São Paulo: Papirus, 191. (Série Educando).

_____ *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo: Papirus, 1987.

SI LVA, Golbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. (coleção documentos brasileiros).

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo da Tancredo -1964/1983*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

SUDAM. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

__/_ *Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1964-1971)*. Belém, 1967.

__/_ *Plano de Desenvolvimento da Amazônia 1975-1979*. Belém, 1975.

__/_ *III Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1984)*. Belém, 1979.

_____ *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia 1991-1993*). Belém, 1991.